



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Ata de Reunião

ATA DA 335ª SESSÃO ORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Aos quinze dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro, às nove horas, na Sala de Reuniões do Conselho Superior, teve início a 335ª Sessão Ordinária do Conselho Superior, sob a condução do Presidente do Conselho Superior, Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur. Estiveram presentes os Conselheiros Vítor Fernandes Gonçalves, Maria Rosynete de Oliveira Lima, Antonio Marcos Dezan, Rômulo Douglas Gonçalves de Oliveira, Maércia Correia de Mello, Alexandre Fernandes Gonçalves,IVALDO LEMOS JUNIOR e Trajano Sousa de Melo, e o Corregedor-Geral do MPDFT, Nelson Faraco de Freitas. Ausente justificadamente a Conselheira Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza. **I – EXPEDIENTE. 1. APROVAÇÃO DE ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES. A.** 333ª Sessão Ordinária, de 9 de fevereiro de 2024. O Colegiado, à unanimidade, aprovou a referida ata. **B.** 334ª Sessão Ordinária, de 18 de março de 2024. O Colegiado, à unanimidade, aprovou as referidas atas. **2. COMUNICAÇÕES DA PRESIDÊNCIA. A.** Portaria PGR/MPU nº 62, de 24 de abril de 2023, que altera o Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014 e fixa diretrizes aos Conselhos Superiores dos ramos do Ministério Público da União (SEI nº 19.04.3670.0024642/2023-88). Cientificado o Colegiado. **B.** Ofício nº 70 - ACOND/CG, de 9 de abril de 2024, em que o Procurador de Justiça Fernando César Pereira Valente, Presidente da Comissão do PAD nº 19.04.4657.0054558/2023-14, solicitou prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos por mais sessenta dias, a partir do dia 19 de março de 2024 (SEI nº 19.04.4657.0036142/2024-21). O Conselheiro Trajano Sousa de Melo declarou seu impedimento. O Colegiado, à unanimidade, prorrogou o referido PAD. **3. COMUNICAÇÕES DA OUVIDORIA. A.** Ofício nº 18/2024-OUV/PJ, de 22 de março de 2024, que encaminhou o relatório de atividades da Ouvidoria, relativo ao mês de fevereiro de 2024 (SEI nº 19.04.3102.0030387/2024-57). O Ouvidor, Procurador de Justiça Francisco Leite de Oliveira, usou da palavra para prestar breves esclarecimentos sobre seu primeiro ano de gestão frente à Ouvidoria/MPDFT, bem como apresentou a “Carta de Serviços ao Cidadão” do MPDFT. Cientificado o eg. Conselho Superior. **4. COMUNICAÇÕES DA PROCURADORIA DISTRITAL DOS DIREITOS DO CIDADÃO – PDDC. A.** Ofício nº 90 - PDDC/PJ, de 4 de abril de 2024, que encaminhou o relatório de atividade, de março de 2024, da Procuradoria Distrital (SEI nº 19.04.3207.0034372/2024-12). Cientificado o Colegiado. **5. COMUNICAÇÕES DA CORREGEDORIA-GERAL. A.** Expediente (SEI 19.04.4657.0052034/2023-68) destinado inicialmente a prestar informações à Corregedoria Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, relativas à reclamação disciplinar (RD) n. 1.00476/2020-00, instaurada pelo CNMP em 04/07/2020. Cientificado o Colegiado. **B.** Relatório Final de Correição: (1) Correição Ordinária do Promotor de Justiça Adjunto Pedro Mendes Luna (Estágio Probatório) – 19.04.4657.0005067/2024-93; (2) Correição Ordinária da Promotora de Justiça Adjunta Maria Augusta Marques de Almeida Xavier Dantas (Estágio Probatório) – 19.04.4657.0005081/2024-06; (3) Correição Ordinária do Promotor de Justiça Adjunto Lucas Vilela de França Freitas (Estágio Probatório) – 19.04.4657.0005084/2024-22; (4) Correição Ordinária do Promotor de Justiça Adjunto Bruno Barbosa Matias (Estágio Probatório) – 19.04.4657.0005086/2024-65; (5) Correição Ordinária da Promotora de Justiça Adjunta Alyne Lima de Mesquita (Estágio Probatório) – 19.04.4657.0005089/2024-81; (6) Correição Ordinária do Promotor de Justiça Adjunto Vinicius Almeida Bertaia (Estágio Probatório) – 19.04.4657.0005093/2024-70; (7) Correição Ordinária da Promotora de Justiça Adjunta Lia Almeida Oliveira Saraiva (Estágio Probatório) – 19.04.4657.0005146/2024-94; (8) Correição Ordinária da 2ª Promotoria de Justiça do Tribunal do Júri de Brasília (Promotor de Justiça Marcelo Leite Borges) – 19.04.4657.0070490/2023-45; (9) Correição Ordinária da 2ª Promotoria de Justiça Especial Criminal de Taguatinga – 19.04.4657.0083671/2023-51. **C.** Decisões que determinaram arquivamento de apurações acerca de conduta de membros do MPDFT: (1) Notícia de Fato nº Notícia de Fato nº 19.04.4657.0007854/2024-19; O Colegiado, à unanimidade, foi cientificado do expediente, aprovou os relatórios finais de correição e homologou o arquivamento de notícia de fato acima referida, nos termos do art. 16, §2º, e art. 79, §2º, da Resolução CSMPDFT nº 223/2016, e art. 2º, inciso VI, da Resolução CSMPDFT nº 308/2023. **II – ORDEM DO DIA. 1. Processos nº 19.04.4656.0051562/2023-23, 19.04.4656.0051607/2023-69,**

19.04.4656.0051637/2023-35, **19.04.4656.0051678/2023-92,** **19.04.4656.0051705/2023-42,**
19.04.4656.0051762/2023-55, **19.04.4656.0051773/2023-49,** **19.04.4656.0051774/2023-22** e
19.04.4656.0051777/2023-38. Interessados: Procuradoria-Geral de Justiça e Conselho Superior do MDPFT. Assunto: *Estágio Probatório*. Relator: Conselheiro Vitor Fernandes Gonçalves. Discussão: Dispensada a leitura do relatório (art. 13, §6º, da Resolução CSMPDFT nº 308/2023). Após, o Relator fez a leitura dos votos e teceu breves considerações. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pela confirmação do vitaliciamento dos Membros ao cargo de Promotores de Justiça Adjuntos da carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em cada um dos processos acima referidos. **2. Processo nº 19.04.3670.0010536/2024-28.** Interessadas: Câmaras de Coordenação e Revisão e Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: *Proposta de alteração da Resolução nº 292/2022 que dispõe sobre Ofícios Especiais e de Administração*. Relator: Conselheiro Romulo Douglas Gonçalves de Oliveira. Discussão: Dispensada a leitura do relatório (art. 13, §6º, da Resolução CSMPDFT nº 308/2023). Após, o Relator fez a leitura do voto. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pela alteração da Resolução nº 292/2022, nos termos propostos. **3. Processo nº 19.04.4671.0065138/2023-03.** Interessada: Procuradoria-Geral de Justiça. Assunto: *Proposta de alteração da Resolução CSMPDFT nº 241/2018, que fixa as atribuições dos Membros durante o plantão do Ministério Público, de primeira e segunda instâncias, e estabelece os critérios para a escala dessa atuação específica*. Relator: Conselheiro Alexandre Fernandes Gonçalves. Discussão: Processo retirado de pauta a pedido do relator. **4. Processo nº 19.04.3919.0004348/2024-21.** Interessados: Procuradoria-Geral de Justiça e Conselho Superior. Assunto: *Lista de antiguidade dos membros do MPDFT atualizada até 31/12/2023*. Relatora: Conselheira Maércia Correia de Mello. Discussão: A Relatora fez a leitura de relatório e voto. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto da Relatora pela aprovação da Lista de Antiguidade dos membros do MPDFT, atualizada até 31 de dezembro de 2023. **5. Processo nº 19.04.3760.0069351/2023-21.** Interessados: Procuradoria-Geral de Justiça e Conselho Superior. Assunto: *Pedido de Reconsideração*. Relator: Conselheiro Alexandre Fernandes Gonçalves. Discussão: Dispensada a leitura do relatório (art. 13, §6º, da Resolução CSMPDFT nº 308/2023). Após, o Relator fez a leitura do voto. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pelo não conhecimento do Pedido de Reconsideração. **6.** O Presidente inverteu a pauta e chamou o **Processo nº 19.04.3117.0015886/2024-61.** Interessadas: Procuradoria-Geral de Justiça e Conselho Superior do MDPFT. Assunto: *Indicação de membro do MPDFT para o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI)*. Relator: Conselheiro Romulo Douglas Gonçalves de Oliveira. Discussão: Dispensada a leitura do relatório (art. 13, §6º, da Resolução CSMPDFT nº 308/2023). Após, o Relator fez a leitura do voto. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pela indicação do Promotor de Justiça Rafael Gustavo Reiner para compor o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação – CETI. **7. Processo nº 19.04.3670.0013108/2024-36.** Interessados: Procuradoria-Geral de Justiça e Conselho Superior do MDPFT. Assunto: *Indicação de membro suplente do MPDFT para o Conselho Penitenciário do DF – COPEN/DF*. Relator: Conselheiro Vitor Fernandes Gonçalves. Discussão: Dispensada a leitura do relatório (art. 13, §6º, da Resolução CSMPDFT nº 308/2023). Após, o Relator fez a leitura do voto. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pela indicação do Promotor de Justiça Lucas Soares Baumfeld como Conselheiro Suplente do Conselho Penitenciário do Distrito Federal. **8. Processo nº 19.04.3126.0024689/2024-89.** Interessados: Procuradoria-Geral de Justiça e Conselho Superior do MDPFT. Assunto: *Indicação de membro do MPDFT para o Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos*. Relator: Conselheiro Vitor Fernandes Gonçalves. Discussão: Dispensada a leitura do relatório (art. 13, §6º, da Resolução CSMPDFT nº 308/2023). Após, o Relator fez a leitura do voto. **Decisão:** O Conselho Superior, à unanimidade, acompanhou o voto do Relator pela indicação da Promotoras de Justiça Camila Costa Britto e Polyanna Silveiras de Moraes Dias para compor o Comitê Distrital de Enfrentamento ao Tráfico de Seres Humanos, na qualidade de titular e suplente, respectivamente. **III – MANIFESTAÇÃO DOS CONSELHEIROS.** O Conselheiro-Secretário, Trajano Sousa de Melo, noticiou a evolução do trabalho realizado na Secretaria do Conselho Superior para implementação do sistema SEI Julgar, citou reunião realizada com servidores da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL e informou, ainda, o início de nova etapa de realização de testes do sistema. O Conselheiro Antonio Marcos Dezan manifestou-se sobre sistema que está em desenvolvimento que realizará a degravação das oitivas que serão realizadas nas delegacias de polícia, além de ser possível realizar perguntas para a inteligência artificial, presente no referido sistema. A Conselheira Maria Rosynete de Oliveira Lima solicitou registro de elogio à participação do Promotor de Justiça Antonio Henrique Graciano Suxberger como perito do caso “Muniz da Silva x Brasil”, perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, em São José da Costa Rica, ressaltando que sua participação engrandece o Ministério Público brasileiro, em especial o MPDFT, pela tecnicidade e experiência do referido Promotor da área criminal. O Colegiado, à unanimidade, endossou a moção de elogio ao Promotor de Justiça. Encerrada a reunião, foi designado o dia 17 de maio de 2023, sexta-feira, às 9h, para a próxima sessão ordinária do Colegiado. Para constar, eu, Trajano Sousa de Melo, Secretário do Conselho Superior, lavrei a presente ata, que segue assinada por mim e pelo Presidente do Egrégio Conselho Superior.

**GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA
SEIGNEUR**
Presidente do Conselho Superior
Procurador-Geral de Justiça

TRAJANO SOUSA DE MELO
Secretário do CSMPDFT
Procurador de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **TRAJANO SOUSA DE MELO, Secretário do Conselho Superior**, em 21/05/2024, às 14:43, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **GEORGES CARLOS FREDDERICO MOREIRA SEIGNEUR, Presidente do Conselho Superior**, em 04/06/2024, às 11:33, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpdft.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1147512** e o código CRC **56EEB435**.